



**AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO
DAS BACIAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ**

- AGÊNCIA REGULADORA PCJ -

RELATÓRIO DE GESTÃO

2013

SUMÁRIO

1 - MENSAGEM DA PRESIDÊNCIA	2
2 - IDENTIDADE INSTITUCIONAL	3
2.1 - Histórico	3
2.2 - Perfil Institucional	4
2.3 - Municípios Integrantes	5
2.4 - Diretrizes Estratégicas	6
2.5 - Estrutura Organizacional	7
2.6 - Estrutura Funcional	8
2.7 - Estrutura Física	9
3 - DEMONSTRATIVO DAS ATIVIDADES	10
3.1 - Regulação (Água e Esgoto)	10
3.2 - Fiscalização (Água e Esgoto)	12
3.3 - Fiscalização (Resíduos Sólidos)	13
3.4 - Atividades Administrativas	14
3.5 - Ouvidoria	15
3.6 - Procuradoria Jurídica	15
3.7 - Atividades Institucionais	16
3.8 - Convênios e Parcerias	18
3.9 - Publicações e Divulgações Institucionais	19
3.10 - Prêmio	19
4 - DEMONSTRATIVO CONTÁBIL E FINANCEIRO	20
4.1 - Orçamento Anual	20
4.2 - Balanço Orçamentário	21
4.3 - Balanço Financeiro	22
4.4 - Balanço Patrimonial	23
4.5 - Demonstrativo das Variações Patrimoniais	24
5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	25

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2013

1 - MENSAGEM DA PRESIDÊNCIA

A ARES-PCJ – Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Agência Reguladora PCJ), é associação pública, criada na forma de consórcio público, como pessoa jurídica de direito público interno de natureza autárquica e integrante da administração indireta de todos os municípios consorciados.

A ARES-PCJ encerrou o exercício de 2013 atuando em 38 municípios, sendo 36 municípios associados, que estão descritos no Protocolo de Intenções, e também mais 2 municípios atendidos através de convênio de cooperação.

Sua criação foi um marco para a nossa região, pois nasceu da vontade dos prefeitos e dos dirigentes dos serviços municipais de saneamento, a fim de atender as exigências da Lei federal nº 11.445/2007 e com apoio do Consórcio PCJ tornou possível viabilizar a sua instalação.

A finalidade da ARES-PCJ está voltada para a regulação e a fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico, através da gestão associada de serviços públicos; verificar e acompanhar o cumprimento dos planos de saneamento básico; fixar, reajustar e revisar os valores das taxas, tarifas dos serviços públicos de saneamento básico; homologar, regular e fiscalizar os contratos de prestação de serviços públicos de saneamento básico; editar normas e regras, etc.

Assim, em nome da Presidência da ARES-PCJ, e para que produza os devidos efeitos legais, de publicidade e transparência, temos a honra de apresentar o Relatório de Gestão - 2013 da Agência Reguladora PCJ, com objetivo de demonstrar as principais atividades e ações desenvolvidas, além da prestação das contas da ARES-PCJ, através dos balanços orçamentário, contábil e financeiro, relativas ao Exercício de 2013.

VICENTE RIGITANO
Presidente da ARES-PCJ

2 - IDENTIDADE INSTITUCIONAL

2.1 - HISTÓRICO

Conforme a Lei federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, Política Nacional de Saneamento Básico, os municípios respondem pelo planejamento, regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico, sendo que estas são atividades distintas e devem ser exercidas de forma autônoma, por quem não acumula a função de prestador desses serviços, sendo necessária, a criação de órgão distinto, no âmbito da administração direta ou indireta.

Em face do alto custo operacional de ente regulador municipal e a fim de obter escala econômica, prefeitos de municípios associados ao Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Consórcio PCJ), solicitaram apoio da entidade para viabilizar a criação de um ente regional para regular e fiscalizar os serviços públicos de saneamento básico desses municípios, em atendimento às exigências da Lei federal nº 11.445/2007.

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 241, autoriza os municípios promoverem, através de Consórcios Públicos, a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998).

Assim, o Consórcio PCJ apresentou proposta de criação de uma entidade reguladora de âmbito regional, na forma de consórcio público, com viabilidade e sustentabilidade econômica, custo operacional reduzido, independência decisória e autonomia administrativa, orçamentária e financeira, tendo como base de atuação o território dos municípios associados.

Para obter a sustentabilidade econômica, através de escala, o Protocolo de Intenções do consórcio público previu que a Assembleia de Constituição da Agência Reguladora seria convocada apenas quando a soma da população dos municípios, com leis de ratificação aprovada, atingisse 1 milhão de habitantes.

Em agosto de 2010 ocorreu o lançamento do Protocolo de Intenções da ARES-PCJ e o início da coleta das assinaturas dos prefeitos. Em março de 2011, 22 municípios já possuíam leis de ratificação do Protocolo de Intenções aprovadas e a somatória da população desses municípios ultrapassou a meta de 1 milhão de habitantes.

No dia 06 de maio de 2011 ocorreu a Assembleia Geral de Instalação da Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (ARES-PCJ). Na mesma ocasião foi aprovado o Estatuto Social e eleitos seus representantes (Presidente e dois Vice-Presidentes).

E, em 1º de novembro de 2011, após obtenção dos registros e documentos legais do consórcio público, a Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (ARES-PCJ) iniciou oficialmente suas atividades.

2.2 - PERFIL INSTITUCIONAL

NOME

Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

NOME FANTASIA / SIGLA

Agência Reguladora PCJ / ARES-PCJ

NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ

13.750.681/0001-57

NATUREZA JURÍDICA

Associação Pública

FORMA DE CONSTITUIÇÃO

Consórcio Público de Direito Público Interno.

FINALIDADE

Regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico nos municípios associados.

PRAZO DE DURAÇÃO

Indeterminado

ENDEREÇO

Rua José Ferreira Aranha, nº 138 - Bairro Girassol, Americana - SP

TELEFONE / FAX

(19) 3601-8962 / 3601-8965

ENDEREÇO ELETRÔNICO

arespcj@arespcj.com.br

PÁGINA NA INTERNET

www.arespcj.com.br

NORMAS LEGAIS

Constituição Federal de 1988 - Art. 241 (NR - Emenda Constitucional nº 19/1998)

Lei Federal nº 11.107/2005 - Lei dos Consórcios Públicos e Decreto nº 6.017/2007

Lei Federal nº 11.445/2007 - Política Nacional de Saneamento Básico e Decreto nº 7.217/2010

Protocolo de Intenções (Contrato de Consórcio), Estatuto Social e Regimento Interno da ARES-PCJ

REPRESENTANTE LEGAL

Vicente Rigitano - Prefeito de Corumbataí e Presidente da ARES-PCJ

PERÍODO DE MANDATO

De 01/01/2013 a 31/12/2014

2.3 - MUNICÍPIOS INTEGRANTES

A Agência Reguladora PCJ, ao final do Exercício de 2013, estava constituída por 38 (trinta e oito) Municípios Associados, sendo 36 (trinta e seis) Consorciados e 2 (dois) Conveniados.

Os Municípios Consorciados possuem Leis de Ratificação do Protocolo de Intenções da ARES-PCJ, convertido em Contrato de Consórcio Público, enquanto os Municípios Conveniados possuem Leis Autorizativas para assinatura de Convênio de Cooperação com a Agência Reguladora PCJ.

MUNICÍPIOS CONSORCIADOS

MUNICÍPIO CONSORCIADO	Nº DA LEI DE RATIFICAÇÃO
Águas de São Pedro	1.589/2011
Americana	5.460/2013
Analândia	1.710/2011
Artur Nogueira	3.006/2010
Atibaia	3.954/2010
Campinas	14.241/2012
Capivari	3.755/2010
Charqueada	1.373/2011
Cordeirópolis	2.677/2010
Corumbataí	1.416/2010
Cosmópolis	3.324/2010
Hortolândia	2.645/2010
Ipeúna	926/2010
Iracemápolis	1.844/2010
Itatiba	4.322/2011
Jaguariúna	2.029/2010
Limeira	5.157/2013
Louveira	2.320/2013

MUNICÍPIO CONSORCIADO	Nº DA LEI DE RATIFICAÇÃO
Mogi Mirim	5.030/2010
Mombuca	1.280/2010
Monte Alegre do Sul	1.574/2011
Nova Odessa	2.611/2012
Paulínia	3.222/2011
Pedreira	3.077/2010
Piracaia	2.564/2010
Piracicaba	7.371/2012
Rafard	1.595/2013
Rio Claro	4.129/2010
Rio das Pedras	2.662/2011
Santa Bárbara d'Oeste	3.383/2012
Santa Maria da Serra	1.168/2011
Santo Antônio de Posse	2.543/2010
São Pedro	3.041/2013
Sumaré	5.410/2012
Valinhos	4.671/2011
Vinhedo	3.570/2013

MUNICÍPIOS CONVENIADOS

MUNICÍPIO CONVENIADO	Nº DA LEI AUTORIZATIVA
Itirapina	2.653/2013

MUNICÍPIO CONVENIADO	Nº DA LEI AUTORIZATIVA
Leme	3.323/2013

2.4 - DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

A Agência Reguladora PCJ possui as seguintes Diretrizes Estratégicas:

MISSÃO

Regular e fiscalizar os serviços públicos de saneamento básico nos municípios associados, com base em normas e indicadores que garantam sua excelência e contribuam para o equilíbrio nas relações entre usuários, prestadores de serviços e poder público.

VISÃO

Ser um consórcio público de referência na regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico, reconhecido pela competência de seus colaboradores, cooperação institucional, inovação e comprometimento com a qualidade de vida da população.

VALORES

Responsabilidade, ética, eficiência, eficácia, transparência, tecnicidade, celeridade e objetividade.

OBJETIVOS

Realizar a gestão associada de serviços públicos, plena ou parcialmente, através do exercício das atividades de regulação e fiscalização de serviços públicos de saneamento básico, aos municípios consorciados e conveniados.

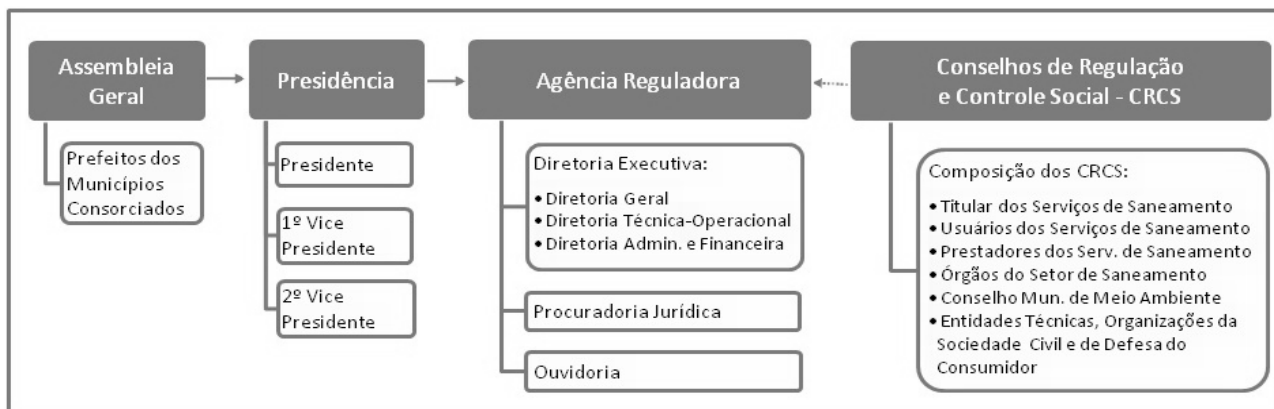
COMPETÊNCIAS

Exercer as atividades de regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico, delegadas pelos municípios consorciados e conveniados, dentre elas:

- A edição de regulamento, abrangendo as normas relativas às dimensões técnica, econômica e social de prestação dos serviços, a que se refere o art. 23 da Lei federal nº 11.445/2007;
- O exercício de fiscalização e do poder de polícia relativo aos serviços públicos mencionados, especialmente a aplicação de penalidades por descumprimento de preceitos administrativos ou contratuais, bem como em casos de intervenção e retomada da operação dos serviços delegados, conforme condições previstas em leis e em documentos contratuais;
- A análise, fixação, revisão e reajuste dos valores de taxas, tarifas e outros preços públicos, bem como a elaboração de estudos e planilhas referentes aos custos dos serviços e sua recuperação;
- A fixação, o reajuste de taxas e tarifas relativas aos serviços públicos de saneamento básico prestados nos Municípios consorciados.

2.5 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional da ARES-PCJ é composta por: Assembleia Geral, Presidência, Agência Reguladora e Conselhos de Regulação e Controle Social.



ASSEMBLEIA GERAL

A Assembleia Geral da Agência Reguladora PCJ, instância deliberativa máxima, é órgão colegiado composto pelos prefeitos dos municípios consorciados, todos com direito a voto.

PRESIDÊNCIA

A Presidência da ARES-PCJ é órgão deliberativo composto pelo Presidente, 1º Vice-Presidente e 2º Vice-Presidente, para mandato de dois anos.

a) Mandato Temporário

Para o mandato temporário, de 1º de janeiro a 31 de março de 2013, foram empossados:

Presidente: Vicente Rigitano - Prefeito de Corumbataí

1º Vice-Presidente: Ildebran Prata - Prefeito de Ipeúna

2º Vice-Presidente: José Henrique Piazza - Prefeito de Charqueada

b) Mandato 2013-2014

Para a Presidência da ARES-PCJ - Gestão 2013-2014, compreendida pelo período de 1º de abril de 2013 a 31 de dezembro de 2014, foram eleitos:

Presidente: Vicente Rigitano - Prefeito de Corumbataí

1º Vice-Presidente: Antônio Fernandes Neto - Prefeito de Cosmópolis

2º Vice-Presidente: Antônio Meira - Prefeito de Hortolândia

AGÊNCIA REGULADORA

A Agência Reguladora é órgão executivo da ARES-PCJ, composta por: Diretoria Executiva (Diretoria Geral, Diretoria Técnica-Operacional e Diretoria Administrativa e Financeira) Procuradoria Jurídica e Ouvidoria.

CONSELHOS DE REGULAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

Os Conselhos de Regulação e Controle Social são órgãos consultivos de apoio à Agência Reguladora, criados em cada município consorciado ou conveniado, compostos, no que couber, por representantes de diversos segmentos ligados aos serviços de saneamento básico.

2.6 - ESTRUTURA FUNCIONAL

A Agência Reguladora PCJ, ao final do Exercício de 2013, estava composta por 19 (dezenove) colaboradores, lotados em diversos setores, a saber:

DIRETORIA GERAL

Dalto Favero Brochi

DIRETORIA TÉCNICO-OPERACIONAL

Carlos Roberto Belani Gravina

DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Carlos Roberto de Oliveira

PROCURADORIA JURÍDICA

Newton Garcia Faustino

OUVIDORIA

Iuri Domarco Botão

COORDENADORIA DE REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Ludimila Turetta

Daniel Manzi

Fernando Girardi de Abreu

COORDENADORIA DE CONTABILIDADE REGULATÓRIA

Lucas Candido dos Santos

SECRETARIA GERAL

Dyego Maradona de Freitas (de 04/03/2013 a 12/11/2013)

José Carlos Assalin (de 03/06/2013 a 15/07/2013)

Paulo de Oliveira Matos Junior

APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO

Gabriel Guidolin Bertola

José Roberto Aguiar Giordano

Marcelo Oliveira Santos Bacchi

Luciano Suzigan

Edson Amorim

Roberto Caetano Machado Junior

Juliana Alcorta Furlan

Jacqueline Balliari

Mayara Fernanda Ganassim

2.7 - ESTRUTURA FÍSICA

A Agência Reguladora PCJ, ao final de 2013, possuía 3 (três) unidades

SEDE - AMERICANA

A sede da Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí - ARES-PCJ, está localizada no município de Americana / SP, na Rua José Ferreira Aranha, nº 138 - Bairro Girassol.

Na sede da ARES-PCJ são desenvolvidas as atividades técnicas e administrativas, relativas à regulação e fiscalização, além da procuradoria e ouvidoria.

ESCRITÓRIO REGIONAL - PIRACICABA

Localizado no Centro Empresarial Balaminit, na Rua Dr. Paulo de Moraes, nº 555 – Sala 21 – Bairro Paulista – Piracicaba / SP. Iniciou suas atividades em janeiro de 2013.

Nesse escritório são desenvolvidas atividades voltadas ao apoio na fiscalização dos serviços de limpeza pública e no acompanhamento das atividades das concessões e das parcerias público-privadas (PPPs).

ESCRITÓRIO REGIONAL - CAMPINAS

Localizado no Centro Empresarial Conceição, na Rua Conceição, nº 233 – Sala 1206 – Centro – Campinas / SP. Iniciou suas atividades no mês de junho de 2013.

Nesse escritório são desenvolvidas atividades relativas aos Planos Municipais de Saneamento Básico.

3 - DEMONSTRATIVO DAS ATIVIDADES

Através da gestão associada de serviços públicos, a Agência Reguladora PCJ desenvolve atividades de regulação e fiscalização nos municípios associados (consorciados e conveniados) e com base no Plano de Trabalho, aprovado na 4ª Assembleia Geral da ARES-PCJ, foram realizadas atividades e ações técnicas e administrativas, cursos, reuniões e visitas junto a representantes de municípios, prestadores de serviços de saneamento e entidades, visando o fortalecimento institucional.

3.1 - REGULAÇÃO (ÁGUA E ESGOTO)

A regulação da prestação dos serviços públicos de saneamento consiste em todo e qualquer ato, normativo ou não, que discipline ou organize esses serviços, na área de atuação da Agência Reguladora PCJ, incluindo suas características, padrões de qualidade, impacto socioambiental, direitos e obrigações dos usuários e dos responsáveis por sua oferta ou prestação e na fixação e revisão dos valores das tarifas e outros preços públicos.

A Diretoria Executiva da ARES-PCJ, durante o exercício de 2013, emitiu 26 resoluções, sendo:

RESOLUÇÃO ARES-PCJ	DATA	EMENTA DA RESOLUÇÃO
Nº 14	28/01/2013	Dispõe sobre a metodologia de apuração e a forma de repasse do valor da Taxa de Regulação do Exercício de 2013, cobrada pela ARES-PCJ, junto aos prestadores de serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário em Municípios consorciados.
Nº 15	30/01/2013	Dispõe sobre o reajuste dos valores das Tarifas de Água e Esgoto e reavaliação dos preços públicos dos demais serviços prestados pelo SAAE, a serem aplicados no Município de Capivari.
Nº 16	01/02/2013	Dispõe sobre autorização para redução dos valores da tarifa de água e esgoto, referente à Categoria Residencial Social no Município de Campinas.
Nº 17	05/02/2013	Dispõe sobre atividades de acompanhamento, monitoramento e fiscalização da qualidade da água tratada distribuída pelos prestadores de serviços públicos de abastecimento de água potável no âmbito dos Municípios consorciados.
Nº 18	26/02/2013	Dispõe sobre a equiparação das Tarifas de Esgoto às Tarifas de Água Tratada, reajuste dos valores das Tarifas de Água e Esgoto e dos preços públicos dos demais serviços prestados pelo DAAE, a serem aplicados no Município de Rio Claro.
Nº 19	27/02/2013	Dispõe sobre reajuste dos valores das Tarifas de Água e Esgoto e dos preços públicos dos demais serviços prestados pela CODEN, e da equiparação gradual das Tarifas de Esgoto às Tarifas de Água Tratada, a serem aplicados no Município de Nova Odessa.
Nº 20	08/04/2013	Dispõe sobre procedimentos, documentos e informações necessárias para solicitação de revisão ou reajuste de valores das tarifas de água tratada e de esgotamento sanitário nos municípios associados à ARES-PCJ.
Nº 21	08/04/2013	Dispõe sobre o reajuste dos valores das Tarifas de Água e Esgoto e dos preços públicos dos demais serviços prestados pelo SAEAN, a serem aplicados no Município de Artur Nogueira.
Nº 22	11/04/2013	Dispõe sobre o reajuste dos valores das Tarifas de Água e Esgoto e dos preços públicos dos demais serviços prestados pelo SAAE Pedreira, a serem aplicados no Município de Pedreira.
Nº 23	30/04/2013	Dispõe sobre o reajuste dos valores das Tarifas de Água e Esgoto e dos preços públicos dos demais serviços prestados pelo SAAE Rio das Pedras, a serem aplicados no Município de Rio das Pedras.

Nº 24	15/05/2013	Dispõe sobre o reajuste dos valores das Tarifas de Água e Esgoto e dos preços públicos dos demais serviços prestados pelo SAAE Mogi Mirim, a serem aplicados no Município de Mogi Mirim.
Nº 25	27/05/2013	Dispõe sobre o reajuste do Contrato de Parceria Público-Privada nº 48/2012, firmado entre o SEMAE - Piracicaba e a empresa Águas do Mirante S/A, para a concessão do serviço público de esgotamento sanitário no Município de Piracicaba.
Nº 26	12/06/2013	Dispõe sobre o reajuste das Tarifas de Água e Esgoto a serem aplicadas no município de Atibaia.
Nº 27	18/06/2013	Dispõe sobre o reajuste das Tarifas de Água e Esgoto a serem aplicadas no Município de São Pedro.
Nº 28	28/06/2013	Dispõe sobre o reajuste das Tarifas de Água e Esgoto a serem aplicadas no Município de Cordeirópolis.
Nº 29	30/07/2013	Dispõe sobre o reajuste das Tarifas de Água e Esgoto a serem aplicadas no Município de Iracemápolis e dá outras providências.
Nº 30	30/07/2013	Dispõe sobre o PPA - Plano Plurianual da Agência Reguladora PCJ (ARES-PCJ) para o período de 2014 a 2017 e dá outras providências.
Nº 31	30/08/2013	Dispõe sobre a autorização de aditamento de valor para reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Parceria Público-Privada firmada entre o Município de Piracicaba e Piracicaba Ambiental S/A, para a execução de serviços de limpeza pública e manejo de resíduos sólidos no âmbito do Município de Piracicaba/SP e dá outras providências.
Nº 32	31/10/2013	Dispõe sobre procedimentos gerais para realização de consultas e audiências públicas pela ARES-PCJ - Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Agência Reguladora PCJ).
Nº 33	31/10/2013	Dispõe sobre procedimentos para realização da revisão ordinária de Contrato de Parceria Público-Privada nº 013-07X, celebrado entre o Município de Rio Claro e a Foz de Rio Claro S/A.
Nº 34	28/11/2013	Dispõe sobre o reajuste dos valores das Tarifas de Água Tratada e demais serviços, a serem aplicadas no Município de Campinas e dá outras providências.
Nº 35	19/12/2013	Dispõe sobre a metodologia de apuração e forma de repasse do valor da Taxa de Regulação e Fiscalização referente ao Exercício de 2014, cobrada pela ARES-PCJ, junto aos prestadores de serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário em municípios consorciados e conveniados.
Nº 36	19/12/2013	Dispõe sobre o reajuste dos valores das Tarifas de Água e Esgoto e das Taxas, Tarifas e Preços Públicos dos demais serviços complementares de água e esgoto a serem aplicadas no Município de Americana e dá outras providências.
Nº 37	26/12/2013	Dispõe sobre a revisão da estrutura tarifária dos serviços de esgotamento sanitário a ser aplicada no Município de Campinas e dá outras providências.
Nº 38	26/12/2013	Dispõe sobre o reajuste dos valores das Tarifas de Água e Esgoto e das Taxas, Tarifas e Preços Públicos dos demais serviços complementares de água e esgoto a serem aplicadas no Município de Valinhos e dá outras providências.
Nº 39	26/12/2013	Dispõe sobre o reajuste do Contrato de Execução de Serviços de Limpeza Urbana e Manejo dos Resíduos Sólidos firmado entre a Prefeitura do Município de Piracicaba e a empresa Piracicaba Ambiental S/A (Concorrência Pública nº 05/2011) e dá outras providências.

Também foram colocadas duas propostas de resoluções em Consultas e Audiências Públicas, sendo:

CONSULTA PÚBLICA	PERÍODO	OBJETIVO DA RESOLUÇÃO
Nº 01/2013	05/11/13 a 10/12/13	Condições Gerais para Prestação dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário
Nº 02/2013	05/11/13 a 10/12/13	Condições Gerais para o funcionamento da ouvidoria da ARES-PCJ

3.2 – FISCALIZAÇÃO (ÁGUA E ESGOTO)

A fiscalização da prestação dos serviços públicos de saneamento é o conjunto de atividades de acompanhamento, monitoramento, controle ou avaliação, no sentido de garantir o cumprimento de normas e regulamentos editados pelo poder público e a utilização, efetiva ou potencial, do serviço público de saneamento básico.

No ano de 2013 foram realizadas Fiscalizações de Formação e apuração de dados e indicadores, em termos de uma Macroavaliação dos prestadores de serviço, além de Fiscalizações de Diagnóstico nos sistemas de água e esgoto e Monitoramento da Qualidade da Água nos municípios associados.

a) Macroavaliação

As Macroavaliações realizadas nos 28 municípios revelaram um total de 241 captações de água, das quais 26% são superficiais e 74% são subterrâneas, com uma produção total de água da ordem de 14.250 L/s.

O trabalho realizado permitiu observar um crescimento nas ligações de esgoto, ampliando a cobertura desse serviço nos municípios associados. De todo esgoto coletado, cerca de 55% passa por algum tipo de tratamento, com eficiência média de 70% de remoção da carga orgânica.

b) Diagnóstico

Em 2013 foram realizadas 29 inspeções de Fiscalização em campo para fins de Diagnóstico dos sistemas de água e esgoto dos municípios associados e conveniados, responsáveis por 88% da produção de água e 75% do tratamento de esgotos, com um total de 186 unidades visitadas entre mananciais, estações elevatórias e água e esgoto, estações de tratamento de água e esgoto e reservatórios.

Cada inspeção de Diagnóstico gerou um Relatório de Fiscalização, apontando eventuais providências necessárias e recomendadas para operação segura e adequada dos sistemas e com vistas a uma boa prestação final dos serviços, em 3 níveis: imediata, médio e longo prazo.

Nas 29 inspeções de fiscalização foram apontadas 389 recomendações, distribuídas em termos de melhorias operacionais, segurança e eficiência, entre outras.

c) Monitoramento da Qualidade da Água

Para o monitoramento da qualidade da água tratada servida à população dos municípios associados e consorciados a Agência Reguladora PCJ contratou serviços para coleta e análise físico-químicas de amostras, com um total de 7.352 parâmetros analisados em 156 coletas de campo.

Os resultados obtidos indicaram que 1,02% dos parâmetros analisados (75 parâmetros) apresentaram valores em desconformidade com a legislação vigente, principalmente em termos das concentrações exigidas de Flúor, Alumínio e Cloro e na água tratada.

Parâmetro	Quantidade	Proporção
- Gosto	1	1%
- Amônia	1	1%
- Sulfato	1	1%
- Coliformes Totais	1	1%
- pH	2	3%
- Aspecto	3	4%
- Turbidez	3	4%
- Ferro Total	6	8%
- Cloro Residual Livre	7	9%
- Cor Aparente	9	12%
- Alumínio	9	12%
- Fluoreto Baixo	14	19%
- Fluoreto Alto	18	25%
TOTAL	75	100%

3.3 – FISCALIZAÇÃO (RESÍDUOS SÓLIDOS)

A Prefeitura do Município de Piracicaba assinou Contrato de Parceria Público-Privada (PPP) com a empresa Piracicaba Ambiental S/A, na modalidade de concessão administrativa para execução de serviços de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, e execução de obras da Central de Tratamento de Resíduos - CTR Palmeiras, no Município de Piracicaba.

A Agência Reguladora PCJ é anuente e interveniente desse Contrato de PPP e dessa forma realiza atividades e ações relativas à regulação e fiscalização da prestação dos serviços previstos no contrato. Em 2013 as atividades realizadas foram:

a) Fiscalização

Foram realizadas 144 inspeções, nas quais foram apontadas:

Atividades Fiscalizadas	Quantidade (Média Mensal)
- Coleta Comum Porta a Porta	9.500 ton/mês
- Varrição Manual e Mecanizada das Vias e Logradouros Públicos	9.300 km/mês
- Coleta Seletiva Porta a Porta	200 ton/mês
- Cata-Cacareco	Por Agendamento

b) Aterro Sanitário do Pau Queimado

Foram realizadas 42 inspeções (acompanhamento de obras e visitas), sendo:

- Obras de recuperação dos taludes das células e drenos horizontais de percolados;
- Obras de extinção do Aterro do Pau Queimado;
- Pesagens dos caminhões na balança na área de transbordo dos resíduos sólidos.

c) Projeto da CTR Palmeiras e Aterro Sanitário de Rejeitos Anexos

Foram realizadas 22 inspeções (acompanhamento de obras e visitas), sendo:

- Implantação dos Prédios Administrativos e Sistema Viário Interno;
- Obras da Usina de Compostagem dos Resíduos Sólidos Orgânicos;

d) Acompanhamento Digital

Foram realizados acompanhamentos diários da logística de transporte dos caminhões de coletas comum e seletiva e de caminhões pipa para limpeza de pisos de vias e logradouros públicos (varejões, feiras livres e terminais de ônibus), além do transporte de água para apoio à implantação das obras da CTR Palmeiras;

e) Pesquisa de Opinião Pública sobre os Serviços Prestados

Foram realizadas pesquisas e entrevistas com 307 usuários, em 61 bairros, com índice de aprovação acima de 70% para os serviços (coleta normal, coleta seletiva e varrição).

f) Reuniões

Foram realizadas 35 reuniões com representantes da Prefeitura Municipal de Piracicaba (SEDEMA e SEMA) e da Piracicaba Ambiental S/A.

3.4 - ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E INSTITUCIONAIS

a) Recursos Humanos

No final do exercício a ARES-PCJ contava com 19 colaboradores, sendo:

Cargo / Função	Nº de Colaboradores
- Diretor	03
- Procurador Jurídico	01
- Ouvidor	01
- Analista de Regulação e Fiscalização	04
- Assistente Administrativo	01
- Apoio Técnico	03
- Apoio Administrativo	02
- Estagiário	04

b) Assembleias Gerais

Anualmente a Agência Reguladora PCJ realiza 2 (duas) Assembleias Ordinárias e, se necessário, Assembleias Extraordinárias. Essas reuniões são estruturadas e organizadas pela Diretoria Executiva da ARES-PCJ. No exercício de 2013 foram realizadas as seguintes assembleias:

ASSEMBLEIA	DATA	LOCAL	MUNICÍPIO
- 4ª Assembleia Geral Ordinária	21/03/2013	Hotel NOHOTEL	Americana
- 1ª Assembleia Geral Extraordinária	26/07/2013	Hotel NOHOTEL	Americana
- 5ª Assembleia Geral Ordinária	08/11/2013	Hotel Carlton Plaza	Limeira

c) Diretoria Executiva

Os Diretores da Agência Reguladora PCJ (Diretor Geral, Diretor Técnico-Operacional e Diretor Administrativo e Financeiro), se reúnem, no mínimo, 2 (duas) vezes ao mês, para deliberarem, de forma colegiada, sobre assuntos de suas competências e de interesse institucional.

Durante o ano de 2013 foram realizadas 23 reuniões da Diretoria Executiva da ARES-PCJ.

d) Licitações

Considerando que a ARES-PCJ é um consórcio público de direito público, por força do art. 37, XXI, da Constituição Federal, todas as aquisições são feitas por licitação pública, assegurando, assim a busca pelo menor preço e a igualdade de condições aos participantes.

No ano de 2013 foram quantificadas as seguintes contratações:

Modalidade de Licitação	Nº de Processos
- Dispensa de Licitação	91
- Carta Convite	04
- Pregão Presencial	05
- Inexigibilidade	03

Destes processos licitatórios resultaram em 25 contratos e 12 termos aditivos de contrato.

e) Cursos e Capacitações

A ARES-PCJ incentiva seus colaboradores a participarem de cursos e capacitações, a fim de adquirirem e ampliarem seus conhecimentos, trocarem informações e experiências.

Em março a ARES-PCJ realizou o Curso de Introdução à Regulação, ocorrido em Americana, com a participação de mais de 130 pessoas. No segundo semestre foram realizados três módulos do Curso de Atualização em Regulação nos municípios de Campinas (13/09), Rio Claro (04/10) e Piracicaba (25/10), com participação de um total de mais de 150 representantes de 40 municípios.

Em abril representante da ARES-PCJ participou do Curso sobre Planejamento Financeiro-Orçamentário, realizado pelo CEPAM - Centro de Estudos e Pesquisas da Administração Municipal, ocorrido em São Paulo.

Entre os meses de abril e maio representante da ARES-PCJ participou do Minicurso “Modelagem Avançada para Gerenciamento efetivo de Sistemas de Águas Urbanas”, promovido pelo Departamento de Hidráulica e Saneamento, da USP, em São Carlos.

Em maio a ARES-PCJ participou da 37ª Reunião do Grupo de Redução de Perdas Hídricas do Consórcio PCJ realizado no Centro do Conhecimento da Água, na SANASA Campinas, que contou com a presença de representantes de mais de 50 municípios.

Em maio foi realizada a 12ª Reunião do Grupo de Trabalho GT-ARES, que discutiu o Contrato de Prestação de Serviços e Controle de Perdas.

Em junho representante da ARES-PCJ participou do Curso de Atualização em Ouvidoria, realizado pela Associação Brasileira de Ouvidores, no Rio de Janeiro. Na ocasião foi realizada visita à Ouvidoria da AGENERSA - Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro.

Em setembro representante da ARES-PCJ participou do Curso sobre Licitações e Contratos: Conteúdo Avançado, realizado pela Fiorilli Consultoria, ocorrido em setembro, em São José do Rio Preto.

Em outubro representante da ARES-PCJ participou da Oficina de Política e Plano Municipal de Saneamento Básico, realizado pela ASSEMAE, em Campinas.

Em outubro representante da ARES-PCJ participou de Curso e Treinamento sobre Licitação – Modalidade Pregão, realizado pela Editora NDJ, em São Paulo.

f) Congressos e Seminários Técnicos

Em 2013 representantes da ARES-PCJ participaram dos seguintes eventos técnicos:

- 2º Seminário de Saúde Ambiental: Água de Reúso e Plano de Segurança da Água, promovido pela CT Saneamento Ambiental, dos Comitês PCJ, ocorrido no mês de maio, em Piracicaba/SP.

- 24ª Feira Nacional de Saneamento e Meio Ambiente - FENASAN, promovido pela AESabesp, ocorrido no mês de julho em São Paulo.

- VIII Congresso Brasileiro de Regulação, promovido pela ABAR - Associação Brasileira de Agências de Regulação, ocorrido no mês de agosto em Fortaleza. Representantes da ARES-PCJ apresentaram trabalho técnico sobre “Monitoramento da Qualidade da Água Tratada e Distribuída para o Abastecimento Público”. Na ocasião foi realizada visita institucional à Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Ceará - ARCE.

- 11ª Semana Jurídica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, realizado pelo TCE/SP, ocorrida em agosto, em São Paulo.

- 4º Fórum de Resíduos Sólidos, promovido pela VIEX Américas, ocorrido em agosto, em São Paulo.

- Conferência Gestão Estratégica do Saneamento, promovida pela IBC - International Business Communications, ocorrida em setembro, em São Paulo. Representante da ARES-PCJ participou de mesa redonda sobre Gestão dos Resíduos Sólidos e apresentou trabalho técnico sobre o tema.
- 3º Seminário Água e Saúde, promovido pelo CVS - Centro de Vigilância Sanitária do Estado de São Paulo e FSP - Faculdade de Saúde Pública da USP, ocorrido no mês de setembro, em São Paulo. Representantes da ARES-PCJ apresentaram trabalho técnico sobre “Ações integradas de Vigilância Sanitária e Regulação de Serviços de Saneamento na região de Piracicaba”.
- VII Seminário de Tecnologia em Saneamento Ambiental, realizado pela ASSEMAE/SP, ocorrido no mês de outubro, em Jundiaí. Representantes da ARES-PCJ apresentaram trabalho técnico sobre a Agência Reguladora PCJ.
- IV Seminário Estadual de Saneamento Ambiental, realizado pela ARIS e FECAM, ocorrido no mês de outubro, em Florianópolis. Representantes da ARES-PCJ participaram de mesa redonda sobre Planos Municipais de Saneamento e também foi firmado acordo de cooperação entre a ARES-PCJ, ARIS e AGIR.
- II Exposição Ambiental, realizado pela Prefeitura Municipal de Piracicaba, ocorrida no mês de novembro, em Piracicaba. A ARES-PCJ participou de evento, inclusive com um estande.
- 25ª Pollutec, realizada pela ADEME – Agência de Meio Ambiente e Matriz Energética da França, ocorrida no mês de dezembro em Paris/França.

3.5 - OUVIDORIA

Durante o ano de 2013 a Ouvidoria da ARES-PCJ recebeu 59 solicitações, numa média de 05 por mês, assim distribuídas.

Solicitações à Ouvidoria - 2013	%
- Reclamações	49
- Dúvidas sobre Serviços e/ou Regulação do Saneamento	34
- Questões Institucionais	17

A maioria das solicitações foi para efetuar Reclamações, seguida de Dúvidas sobre Serviços e/ou Regulação do Saneamento, e também Questões Institucionais, como processos seletivos públicos, licitações e até confirmações de presença e convite para eventos, que por terem sido direcionados à Ouvidoria foram incluídos na listagem.

Entre as Reclamações, a maioria foi sobre contas ou outras questões econômicas, como ressarcimento ou enquadramento das categorias (50%). O segundo principal motivo foi interrupção no abastecimento (28%). Também houve manifestações a respeito de qualidade da água, vazamentos em via pública e entupimento de esgoto.

3.6 - PROCURADORIA JURÍDICA

Durante o ano de 2013 a Procuradoria da Agência Reguladora PCJ acompanhou 4 processos judiciais e 6 processos licitatórios, emitiu 46 pareceres jurídicos, elaborou 21 contratos e termos aditivos, dentre outras várias atividades de assessoramento à Diretoria Executiva da ARES-PCJ.

3.7 - CONVÊNIOS E PARCERIAS

a) Consórcio PCJ

Em 2013 foi prorrogado o Acordo de Cooperação firmado em 2011, entre a ARES-PCJ e o Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Consórcio PCJ), para a promoção do intercâmbio bilateral e a cooperação institucional, técnica e administrativa, visando o desenvolvimento e execução de planos, programas, projetos, ações, atividades e eventos relacionados à gestão associada de serviços públicos e a regulação dos serviços públicos de saneamento, conforme a Lei Federal nº 11.445/07.

b) ERSAR

Como início da regulação e fiscalização da prestação dos serviços de resíduos sólidos em Piracicaba, a ARES-PCJ firmou, em outubro de 2012, Acordo de Cooperação técnica, administrativa e institucional com a ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, de Portugal, com o objetivo de promover o intercâmbio bilateral, sobre abastecimento público de água, do saneamento de águas residuais e da gestão de resíduos sólidos urbanos.

Em agosto, durante o Congresso da ABAR, representantes da ARES-PCJ estiveram reunidos com o Presidente da ERSAR, onde discutiram o planejamento da cooperação institucional. Em dezembro, representantes da ARES-PCJ realizaram visita técnica à ERSAR, em Lisboa/Portugal.

c) ABAR

A Agência Reguladora PCJ se associou à ABAR – Associação Brasileira de Agências de Regulação, com o objetivo de trocar experiências e informações, visando o fortalecimento institucional e a capacitação técnica de seus colaboradores.

A filiação na ABAR proporcionou à Agência Reguladora PCJ, a oportunidade de participar também da Câmara Técnica de Saneamento – CT-SAN, que periodicamente reúne representantes das principais agências reguladoras dos serviços de saneamento do país para discutir assuntos de interesse, diretamente relacionados ao setor. Em 2013 representantes da ARES-PCJ participaram de três reuniões da CT-SAN, da ABAR.

d) ARIS

Durante o IV Seminário Estadual de Saneamento Ambiental, realizado em Florianópolis, a Agência Reguladora PCJ firmou Convênio de Cooperação com a ARIS - Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento, criada na forma de consórcio público que atua no Estado de Santa Catarina. O

acordo de cooperação prevê a troca de experiências e de informações, visando o fortalecimento institucional.

e) AGIR

Durante o IV Seminário Estadual de Saneamento Ambiental, realizado em Florianópolis, a Agência Reguladora PCJ firmou Convênio de Cooperação com a AGIR - Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí, criada na forma de consórcio público que atua no Estado de Santa Catarina. O acordo de cooperação prevê a troca de experiências e de informações, visando o fortalecimento institucional.

3.9 - DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL

A ARES-PCJ se utiliza de mídias impressas e digitais e de redes sociais para publicar e divulgar suas atividades e ações. Durante o ano de 2013 a Agência Reguladora PCJ realizou:

- Publicação: 4 edições impressas do Boletim Informativo Regulação. Foram distribuídos nos municípios associados;
- Impressão e distribuição de materiais institucionais: Folder Institucional, *Flyer* sobre Direitos e Deveres dos Usuários, Cartilha sobre Regulação do Saneamento, Banners, Canecas, *Mouse Pads*, Blocos de Anotações, etc.;
- Divulgação de releases e atendimento à imprensa regional que resultaram em 105 matérias;
- Publicação de 85 notícias no site da ARES-PCJ (www.arespcj.com.br).

3.10 - PRÊMIO

A iniciativa de criação e estruturação da Agência Reguladora PCJ foi finalista do 9º Prêmio Mario Covas, na Categoria Gestão Municipal. O Prêmio Mario Covas reconhece os projetos que desenvolvem práticas inovadoras para o aprimoramento da qualidade de serviços públicos e é organizado pelo Governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria de Gestão Pública.

4 - DEMONSTRATIVO CONTÁBIL E FINANCEIRO

4.1 - ORÇAMENTO ANUAL

Durante a 3ª Assembleia Geral Ordinária da ARES-PCJ, ocorrida em 23/11/2012, foi aprovada a Proposta de Orçamento para o Exercício de 2013, na ordem de R\$ 5.300.000,00, sendo:

AGENCIA REGULADORA PCJ (ARES-PCJ)			
PROPOSTA DE ORÇAMENTO - 2013			
RECEITA	R\$	DESPESA	R\$
1.0 - RECEITAS CORRENTES		3.0 - DESPESAS CORRENTES	
Receita de Serviços (Taxas)	5.250.000,00	Pessoal e Encargos Sociais	1.478.999,00
Regulação da Água e Esgoto	4.000.000,00	Vencimentos	850.000,00
Regulação dos Resíduos Sólidos	950.000,00	Obrigações Patronais	250.000,00
Programa de Educação Ambiental	300.000,00	Outras Despesas Variáveis	50.000,00
		Indenizações e Restituições	48.999,00
Receita Patrimonial	50.000,00	Ressarcimento de Despesas de Pessoal	280.000,00
Remuneração de Depósitos Bancários	50.000,00		
		Outras Despesas Correntes	2.621.001,00
		Diárias	100.000,00
		Material de Consumo	120.000,00
		Material de Distribuição Gratuita	150.000,00
		Serviço de Consultoria	300.000,00
		Outros Serv. Terceiros - Pessoa Física	100.000,00
		Locação de Mão de Obra	40.000,00
		Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica	1.700.000,00
		Auxílio Alimentação	6.000,00
		Obrigações Tributárias e Contributivas	100.000,00
		Auxílio Transporte	5.000,00
		Despesas de Exercícios Anteriores	1,00
		4.0 - DESPESAS DE CAPITAL	
		Investimentos	600.000,00
		Obras e Instalações	350.000,00
		Equipamentos e Material Permanente	250.000,00
		Inversões Financeiras	400.000,00
		Aquisição de Imóveis	400.000,00
		9.0 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	200.000,00
		Reserva de Contingência	200.000,00
TOTAL GERAL	5.300.000,00	TOTAL GERAL	5.300.000,00

4.2 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO - ARES-PCJ									
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013									
RECEITA				DESPESA					
TÍTULOS	VALOR (R\$)			TÍTULOS	VALOR (R\$)				
	Previsão	Execução	Diferença		Dotação	Empenhada	Liquidada	Paga	Saldo
RECEITAS CORRENTES	5.300.000,00	6.250.864,79	950.864,79	DESPESAS CORRENTES	4.116.323,00	2.344.950,12	2.344.950,12	2.252.780,29	1.771.372,88
Receita Tributária	4.950.000,00	5.113.451,44	163.451,44	Pessoal E Encargos	1.478.999,00	1.017.845,96	1.017.845,96	960.347,80	461.153,04
Receita Patrimonial	50.000,00	213.621,41	163.621,41	Outras Despesas Correntes	2.637.324,00	1.327.104,16	1.327.104,16	1.292.432,49	1.310.219,84
Transferências Correntes	0,00	10.000,00	10.000,00	DESPESAS DE CAPITAL	1.000.000,00	124.170,85	124.170,85	124.170,85	875.829,15
Outras Receitas Correntes	300.000,00	913.791,94	613.791,94	Investimentos	600.000,00	124.170,85	124.170,85	124.170,85	475.829,15
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	Inversões Financeiras	400.000,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00
				RESERVA DE CONTINGÊNCIA	183.677,00	0,00	0,00	0,00	183.677,00
				SUBTOTAL DAS DESPESAS	5.300.000,00	2.469.120,97	2.469.120,97	2.376.951,14	2.830.879,03
				SUPERÁVIT		3.781.743,82			
TOTAL	5.300.000,00	6.250.864,79	950.864,79	TOTAL	5.300.000,00	6.250.864,79	2.469.120,97	2.376.951,14	2.830.879,03

4.3 - BALANÇO FINANCEIRO

AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO - ARES-PCJ					
BALANÇO FINANCEIRO - ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013					
INGRESSOS	VALOR EM R\$		DISPÊNDIOS	VALOR EM R\$	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exerc. Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exerc. Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	6.250.864,79	2.900.410,78	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	2.469.120,97	1.024.363,33
TESOURO	6.250.864,79	2.900.410,78	TESOURO	2.469.120,97	1.024.363,33
Geral	6.250.864,79	2.900.410,78	Geral	2.469.120,97	1.024.363,33
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	257.393,91	125.922,32	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	237.308,15	80.552,54
RESTOS A PAGAR (INSCRIÇÃO)	92.169,83	82.091,13	RESTOS A PAGAR (PAGOS)	81.284,13	33.755,09
RP Processados - Inscrição no Exercício	92.169,83	82.091,13	Restos a Pagar Processados Pagos	81.284,13	33.755,09
CONSIGNAÇÕES	165.104,88	43.831,19	CONSIGNAÇÕES	147.904,82	38.597,45
Retenções, Depósitos e Cauções	165.104,88	43.831,19	Retenções de Impostos e Contribuições	147.904,82	38.597,45
CRÉDITOS A RECEBER	119,20	0,00	CRÉDITOS A RECEBER	8.119,20	8.200,00
Valores em Trânsito Realizáveis a Curto Prazo	119,20	0,00	Valores em Trânsito e Créditos Financeiros	8.119,20	8.200,00
SALDOS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	2.022.541,43	101.124,20	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	5.824.371,01	2.022.541,43
CAIXA E BANCOS	2.022.541,43	101.124,20	CAIXA E BANCOS	5.824.371,01	2.022.541,43
Caixa	342,24	886,42	Caixa	23,51	342,24
Bancos Conta Movimento	100,00	50,00	Bancos Conta Movimento	327.767,34	100,00
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	2.022.099,19	100.187,78	Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	5.496.580,16	2.022.099,19
TOTAL	8.530.800,13	3.127.457,30	TOTAL	8.530.800,13	3.127.457,30

4.4 - BALANÇO PATRIMONIAL

AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO - ARES-PCJ						
BALANÇO PATRIMONIAL - ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013						
ATIVO	VALOR EM R\$		PASSIVO	VALOR EM R\$		
	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual		Exerc. Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE		5.832.571,01	2.030.741,43	PASSIVO CIRCULANTE	106.603,63	87.324,87
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		5.824.371,01	2.022.541,43	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREV. E SOCIAIS	57.629,73	37.539,84
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		5.824.371,01	2.022.541,43	PESSOAL A PAGAR	38.525,63	33.917,94
Caixa		23,51	342,24	Pessoal a Pagar de Exercícios Anteriores	38.525,63	33.917,94
Bancos Conta Movimento/Contas Próprias/Conta Única		327.767,34	100,00	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	19.104,10	3.621,90
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata		5.496.580,16	2.022.099,19	INSS	14.044,80	2.723,66
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		8.200,00	8.200,00	FGTS	5.059,30	898,24
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO		8.200,00	8.200,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	32.707,02	44.551,29
Outros Créditos Financeiros		8.200,00	8.200,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACION. C. PRAZO	32.707,02	44.551,29
ATIVO NÃO CIRCULANTE		244.033,04	823.185,29	Fornecedores de Exercícios Anteriores	32.707,02	44.551,29
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		1.211,04	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	670,18	0,00
CRÉDITOS A LONGO PRAZO		1.211,04	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO	670,18	0,00
Dívida Ativa Não Tributária - Clientes		1.211,04	0,00	PIS/PASEP a Recolher	670,18	0,00
IMOBILIZADO		242.822,00	118.651,15	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	15.596,70	5.233,74
BENS MÓVEIS		242.822,00	118.651,15	VALORES RESTITUÍVEIS	14.433,80	5.233,74
Bens de Informática		35.850,71	21.214,21	Consignações	14.433,80	5.233,74
Móveis e Utensílios		37.543,41	21.323,07	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	1.162,90	0,00
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação		833,15	0,00	Indenizações e Restituições	1.162,90	0,00
Veículos		162.714,82	75.914,82	TOTAL DO PASSIVO	106.603,63	87.324,87
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas		4.446,91	199,05	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Demais Bens Móveis		1.433,00	0,00	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exerc. Anterior
CRÉDITOS		0,00	704.534,14	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.970.000,42	2.766.601,85
DÍVIDA INSCRITA		0,00	704.534,14	PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	2.766.601,85	2.766.601,85
Dívida Inscrita De Consorciados		0,00	704.534,14	PATRIMÔNIO SOCIAL	2.766.601,85	2.766.601,85
				Patrimônio Social - Consolidação	2.766.601,85	2.766.601,85
				RESULTADOS ACUMULADOS	3.203.398,57	0,00
				SUPERAVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	3.203.398,57	0,00
				Superávits Acumulados	3.203.398,57	0,00
TOTAL		6.076.604,05	2.853.926,72	TOTAL	6.076.604,05	2.853.926,72
ATIVO FINANCEIRO		5.832.571,01	2.030.741,43	PASSIVO FINANCEIRO	106.603,63	87.324,87
ATIVO PERMANENTE		244.033,04	118.651,15	PASSIVO PERMANENTE	0,00	0,00
				SALDO PATRIMONIAL	5.970.000,42	2.062.067,71

4.5 - DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO - ARES - PCJ					
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013					
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	VALOR EM R\$		VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	VALOR EM R\$	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exerc. Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exerc. Anterior
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	5.113.451,44	2.740.685,26	PESSOAL E ENCARGOS	1.033.587,13	479.986,75
Taxas	5.113.451,44	2.740.685,26	Remuneração a Pessoal	586.196,30	437.990,32
VARIAÇÕES PATRIMON. AUMENTATIVAS FINANC.	216.623,15	159.725,52	Encargos Patronais	178.579,53	41.996,43
Juros e Encargos de Mora	3.001,74	16.504,24	Benefícios a Pessoal	13.250,89	0,00
Remun. de Depósitos Bancários e Aplic. Financeiras	213.621,41	143.221,28	Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	255.560,41	0,00
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	10.807,00	0,00	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONS. DE CAPITAL FIXO	1.312.460,52	544.376,58
Transferências Intragovernamentais	807,00	0,00	Uso de Material de Consumo	38.420,81	19.838,33
Transferências de Instituições Privadas	10.000,00	0,00	Serviços	1.274.039,71	524.538,25
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMON. AUMENTATIVAS	207.467,10	831.732,68	TRIBUTÁRIAS	10.002,47	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	207.467,10	704.534,14	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.155,85	0,00
Aquisição de Bens Móveis	0,00	127.198,54	Contribuições	5.846,62	0,00
			INDEPENDENTE DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	0,00	14.973,79
			Desincorporação de Bens	0,00	14.973,79
			TOTAL DAS VARIAÇÕES DIMINUTIVAS	2.356.050,12	1.039.337,12
			RESULTADO PATRIMONIAL (SUPERÁVIT)	3.192.298,57	2.692.806,34
TOTAL	5.548.348,69	3.732.143,46	TOTAL	5.548.348,69	3.732.143,46

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação da Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - ARES-PCJ foi um marco para a nossa região. A entidade nasceu da vontade dos prefeitos e dos dirigentes dos serviços municipais de saneamento, a fim de atender as exigências da lei federal nº 11.445/2007 e com apoio do Consórcio PCJ foi possível viabilizar a sua instalação.

A ARES-PCJ atua em âmbito regional, por isso a união dos municípios é de fundamental importância. Encerramos o exercício de 2013 com 38 (trinta e oito) municípios associados e as perspectivas de ampliação desse número, em 2014, são positivas, principalmente com municípios localizados fora das bacias PCJ.

Como pode ser observado neste Relatório de Gestão, a Agência Reguladora PCJ está em fase de estruturação institucional e já apresenta resultados positivos na regulação e fiscalização dos serviços de saneamento, notadamente em água e esgoto.

Avanços podem ser verificados nos instrumentos regulatórios emitidos pela ARES-PCJ e também na gestão institucional, com a contratação de empregados, oriundos do Processo Seletivo realizado no segundo semestre de 2012. Com isso tivemos melhoria da regulação e fiscalização e no fortalecimento da governança institucional.

Os principais desafios para os próximos anos, principalmente com o aumento do número de Municípios Associados, é a melhoria contínua da regulação e fiscalização dos prestadores dos serviços, o estabelecimento de metodologia para revisões tarifárias, visando universalização dos serviços, maior eficiência e modicidade das tarifas. Além da consolidação da Agência Reguladora PCJ, junto aos gestores municipais, titulares, prestadores e usuários dos serviços públicos de saneamento básico e à sociedade em geral.

DIRETORIA EXECUTIVA DA ARES-PCJ